

MAFALDA MIRANDA BARBOSA

LIÇÕES DE TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

3.^A EDIÇÃO

 GESTLEGAL

ÍNDICE

Nota à 3. ^a edição.....	7
------------------------------------	---

CAPÍTULO I O DIREITO CIVIL

1. O direito civil como direito privado geral.....	9
1.1. A distinção entre o direito privado e o direito público.....	10
1.1.1. Critérios objetivos	10
1.1.2. Teorias subjetivas	12
1.1.3. Ponderação crítica	14
1.2. O direito civil e os outros ramos de direito privado especiais	28
2. O sentido e a intencionalidade do direito civil. Os princípios fundamentais	29
2.1. O personalismo ético	29
2.2. O princípio da autonomia	31
2.2.1. O sentido ético-axiológico da autonomia.....	31
2.2.2. Os instrumentos de realização da autonomia no quadro do direito privado.....	60
a. O direito subjetivo (remissão)	60
b. O contrato.....	61
2.2.3. O princípio da liberdade contratual.....	67
2.2.4. Contratos de adesão	71
2.3. O princípio da boa-fé	75
2.3.1. Boa-fé em sentido subjetivo	75

•

2.3.2. Boa-fé em sentido objetivo	77
2.3.3. O princípio da confiança	80
2.4. O princípio da responsabilidade	83
2.4.1. Modalidades de responsabilidade civil	84
a. Plano estrutural.....	86
b. Plano funcional.....	87
c. Plano fundacional/axiológico.....	91
2.4.2. Pressupostos da responsabilidade civil	93
2.4.2.1. Responsabilidade extracontratual.....	93
2.4.2.2. Responsabilidade contratual.....	111
2.4.2.3. Responsabilidade pré-contratual	111
2.4.3. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva	113
2.5. O princípio da igualdade	120
2.6. O reconhecimento da personalidade jurídica e a tutela dos direitos de personalidade	143
2.7. A proteção da família	143
2.9. A proteção da propriedade privada	150

O Código Civil

1. Os antecedentes: o Código de Seabra.....	153
2. O Código de 1966.....	160

CAPÍTULO II A RELAÇÃO JURÍDICA

1. Noção de relação jurídica.....	169
2. Os elementos da relação jurídica.....	172
3. O conteúdo da relação jurídica	175
4. O direito subjetivo em sentido amplo.....	175
4.1. A gênese do direito subjetivo	175
4.2. A conceptualização germânica e a construção dogmática dos direitos subjetivos privados: a teoria da vontade e a teoria do interesse.....	186
4.3. Do objetivismo moderado de Ihering ao objetivismo radical de Duguit e Kelsen	195
4.4. Do individualismo ao personalismo ou a sustentação do direito subjetivo por referência à pessoa	206
4.5. O conceito de direito subjetivo	218
4.5.1. O poder ou a faculdade	219
4.5.2. Reconhecido ou atribuído pela ordem jurídica	220

•

ÍNDICE

•

4.5.3. De em princípio livremente.....	221
4.5.4. Modalidades do direito subjetivo (em sentido amplo).....	223
4.5.4.1. Direito subjetivo em sentido estrito	223
4.5.4.2. Direito potestativo	235
4.5.5. Classificação de direitos subjetivos.....	236
5. Outras posições subjetivas.....	239
5.1. Expectativas jurídicas	239
5.2. Ónus jurídicos.....	242
6. Os limites do direito subjetivo	242
6.1. O abuso do direito	242
6.2. Colisão de direitos	267
7. A dinâmica da relação jurídica.....	270
7.1. Constituição de direitos.....	270
7.2. Aquisição de direitos.....	270
7.3. Modificação de direitos.....	283
7.4. Extinção de direitos	284

CAPÍTULO III OS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

1. O início da personalidade jurídica	286
2. O estatuto jurídico dos nascituros	288
2.1. Os nascituros concebidos.....	288
2.2. Nascituros ainda não concebidos.....	325
3. Termo da personalidade jurídica	325
4. A ausência.....	326
4.1. Curadoria provisória.....	327
4.2. Curadoria definitiva.....	328
4.3. Declaração de morte presumida	329
5. O conteúdo mínimo da personalidade: os direitos de personalidade.....	330
5.1. O surgimento histórico dos direitos de personalidade.....	330
5.2. As objeções levantadas à existência de direitos de personalidade...	332
5.3. A ponderação crítica das objeções levantadas	337
5.4. Características dos direitos de personalidade	342
5.5. A tutela <i>post-mortem</i> dos direitos de personalidade.....	347

•

•

5.6. Os bens da personalidade e os direitos especiais de personalidade	351
5.6.1. Direito à vida	351
5.6.2. O direito à integridade física	363
5.6.3. Direito à integridade psíquica	365
5.6.4. Direito à integridade moral.....	366
5.6.5. Direito à identidade	394
5.6.6. Direito à imagem	396
5.6.7. Direito à privacidade	399
5.6.8. Direito à honra	404
5.6.9. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade	407
6. A capacidade: capacidade de gozo e capacidade de exercício	418
7. Menoridade.....	419
8. Acompanhamento de maiores	440
9. Legitimidade	493

Pessoas coletivas

1. Noção e natureza.....	494
2. Elementos da pessoa coletiva	499
3. Formação das pessoas coletivas.....	513
4. Classificações de pessoas coletivas	513
5. Tipologia de pessoas coletivas	516
6. Capacidade de gozo das pessoas coletivas.....	519
6.1. O artigo 160.º CC.....	520
6.2. O princípio da especialidade do fim.....	523
6.2.1. Posições doutrinárias	523
6.2.2. Posições jurisprudenciais (em sentido lato)	527
6.2.3. Proposta interpretativa em matéria de especialidade do fim.....	531
a. O fundamento do princípio da especialidade do fim	531
b. Capacidade e legitimidade	535
c. Categorias de atos e os atos em concreto. A eficácia do princípio da especialidade.....	536
d. Fim e objeto: a diferente relevância. O caso particular das associações e fundações	539
7. A capacidade de exercício das pessoas coletivas.....	543
8. Responsabilidade civil das pessoas coletivas.....	544
8.1. A responsabilidade extracontratual das pessoas coletivas.....	545
8.2. Responsabilidade contratual das pessoas coletivas	550
8.3. Outros problemas de responsabilidade.....	558
9. A desconsideração/o levantamento da personalidade coletiva — breve excursus	568

•

•

Outros sujeitos da relação jurídica?

1. Os animais como sujeitos de direitos?.....	571
2. A existência de pessoas eletrônicas? Reflexões em torno da inteligência artificial.....	582

**CAPÍTULO IV
O OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA**

1. Considerações genéricas	587
2. Os possíveis objetos da relação jurídica	588

**CAPÍTULO V
O FACTO JURÍDICO**

1. Noção. Factos relevantes e irrelevantes do ponto de vista jurídico. Factos involuntários e voluntários. Simples atos jurídicos e negócios jurídicos	595
2. O negócio jurídico.....	598
3. Modalidades/classificações de negócios jurídicos.....	611
3.1. Critério do número, sentido e modo de articulação das declarações negociais que integram o negócio.....	611
3.2. Critério da constituição.....	614
3.3. Critério da natureza da relação jurídica constituída, modificada ou extinta pelo negócio jurídico	616
3.4. Critério da natureza da relação jurídica a que o negócio se refere, do ponto de vista da possibilidade de ser avaliável em dinheiro	617
3.5. O critério do conteúdo e finalidade do negócio	617
3.6. Critério do momento da produção de efeitos jurídicos	632
3.7. Critério do risco e da importância patrimonial do negócio	634
3.8. Critério da forma.....	636
3.9. Critério da relevância da relação jurídica que constitui a sua causa	636
4. Formação do negócio jurídico.....	638
4.1. Declarações negociais ou declarações de vontade	639
4.1.1. Noção.....	639
4.1.2. Tipos de declarações negociais	640
4.1.3. Declaração negocial presumida e declaração negocial ficta	642
4.1.4. Protesto e reserva	642
4.1.5. O silêncio	642
4.2. A forma do negócio jurídico.....	644
4.2.1. O princípio da liberdade de forma e as exceções	644
4.2.2. Tipos de forma	646

•

•

4.2.3. O âmbito da forma legal exigida.....	661
4.2.4. Consequências da inobservância da forma.....	662
a. Forma legal	662
b. Forma convencional.....	664
4.3. A perfeição negocial.....	666
5. Interpretação e integração dos negócios jurídicos	678
5.1. Interpretação, interpretação complementadora e integração: a natureza jurídica	678
5.2. A teoria da impressão do destinatário e os limites do artigo 236.º CC	692
5.3. Os casos duvidosos	696
5.4. Os desvios à teoria da impressão do destinatário	697
5.4.1. No sentido de um maior objetivismo.....	697
5.4.2. No sentido de um maior subjetivismo: o caso dos testamentos ...	698
5.5. A integração do negócio jurídico	699
6. Divergências entre a vontade e a declaração	701
6.1. Simulação	704
6.1.1. Noção e elementos	704
6.1.2. Modalidades	713
6.1.3. Regime	714
6.1.3.1. O negócio simulado	714
6.1.3.2. O negócio dissimulado.....	721
6.1.4. A prova da simulação	724
6.2. Reserva mental	725
6.2.1. Noção.....	725
6.2.2. Modalidades	728
6.2.3. Regime.....	729
6.3. Declarações não sérias.....	733
6.3.1. Noção.....	733
6.3.2. Regime.....	735
6.4. Coação física ou coação absoluta	739
6.4.1. Noção.....	739
6.4.2. Regime.....	740

ÍNDICE

•

6.5. Falta de consciência da declaração	741
6.6. Erro obstáculo ou erro na declaração	747
6.6.1. Noção e regime	747
6.6.2. Erro de cálculo ou de escrita	750
6.6.3. Erro na transmissão da declaração	750
7. Vícios da vontade	753
7.1. Erro-vício	753
7.1.1. Noção	753
7.1.2. Modalidades	754
7.1.2.1. O erro sobre a pessoa do declaratário	755
7.1.2.2. Erro sobre o objeto	755
a. O erro sobre medida do objeto	759
b. O erro sobre o valor	762
c. O erro sobre as qualidades que aumentam o valor da coisa	769
7.1.2.3. Erro sobre os motivos	775
7.1.3. Regime do erro-vício	780
7.1.3.1. Requisitos gerais de relevância do erro-vício	780
7.1.3.2. Requisitos especiais de relevância do erro	798
7.1.4. A anulabilidade do negócio e responsabilidade civil	803
7.1.5. O erro na contratação eletrônica	804
7.2. Dolo	809
7.2.1. Noção	809
7.2.2. Elementos e requisitos de relevância	809
a. Dolo ativo e dolo omissivo	810
b. A relação entre o dolo (vício da vontade) e o dolo forma de culpa. O problema da indução negligente em erro	810
c. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	847
d. Dolo essencial e dolo incidental	850
7.3. Regime	850
7.3.1. O dolo do declaratário	850
7.3.2. O dolo de terceiro	851
7.4. Coação moral ou relativa	851
7.4.1. Noção	851
7.4.2. Regime	852
7.4.3. A aplicação analógica do regime da coação moral	854

•

7.5. Estado de necessidade	869
7.5.1. Noção e requisitos de relevância	869
7.5.2. Regime	875
7.5.3. A usura e a ofensa dos bons costumes.....	875
7.6. Incapacidade acidental	876
8. Alteração superveniente das circunstâncias.....	877
9. Objeto e conteúdo do negócio jurídico.....	885
9.1. Considerações genéricas	885
9.2. Possibilidade física e legal.....	886
9.3. Não contrariedade à lei: licitude.....	899
9.4. Determinabilidade.....	901
9.5. Conformidade aos bons costumes	902
9.6. Conformidade à ordem pública	903
10. Cláusulas acessórias típicas	903
10.1. Condição	904
a. Noção; requisitos; modalidades	904
b. Aponibilidade da condição	905
c. Validade e invalidade da condição.....	906
d. Condição suspensiva	907
e. Condição resolutiva.....	908
f. A boa-fé ao nível do regime da condição	908
10.2. Termo.....	910
10.3. Cláusula modal ou modo.....	911
10.4. Cláusulas de exclusão e de limitação da responsabilidade	913
10.5. Cláusula penal.....	926
10.6. Cláusulas de <i>no consequential loss</i>	928
a. A doutrina do dano direto e imediato e a adequação	929
b. A mudança de perspetiva em matéria de causalidade	935
c. A causalidade fundamentadora da responsabilidade e a causalidade preenchedora da responsabilidade.....	939
d. O problema dos danos reflexos	944
e. O problema como um problema de interpretação das declarações negociais	944
f. O problema da validade	946
10.7. Cláusulas <i>sole remedy</i>	947
10.8. Cláusulas <i>basket amount</i>	956
11. Representação	958
11.1. Noção, elementos e modalidades	958

ÍNDICE

•

11.2. Legitimação representativa	963
11.3. Representação sem poderes e abuso de representação.....	964
11.4. O negócio consigo mesmo.....	967
11.4.1. Considerações gerais	967
11.4.2. A <i>ratio</i> do negócio consigo mesmo	970
11.4.3. O conflito de interesses e a extensão teleológica do artigo 261.º CC	974
11.4.3.1. As respostas da jurisprudência.....	974
11.4.3.2. Os diversos argumentos.....	976
a. O argumento metodológico — a interpretação da norma.....	976
b. O argumento sistemático — outras hipóteses de conflito de interes- ses no direito privado	980
i. O poder paternal e a tutela	980
ii. Os maiores acompanhados e o artigo 150.º CC.....	982
iii. O artigo 397.º CSC e os negócios dos administradores com a sociedade	983
11.4.3.3. A interpretação do artigo 261.º CC à luz da consideração do conflito de interesses.....	992
12. Ineficácia e invalidade do negócio jurídico	995
12.1. Considerações gerais	995
12.2. Invalidade. Modalidades	996
12.3. A inexistência.....	999
12.4. A relação de liquidação.....	1002
13. Redução e conversão dos negócios jurídicos	1024
14. Formas de cessação dos efeitos do negócio jurídico.....	1027
Índice.....	1029

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt